

Desafios para potencializar o Livro Didático de Geografia

Ivaine Maria Tonini
Ligia Beatriz Goulart

Para pensar

O Livro Didático sempre foi um objeto desacreditado, especialmente pela universidade. Sinônimo de desqualificação do trabalho pedagógico, quase nunca faz parte das discussões nos cursos de licenciatura. É quase sempre secundarizado em relação a outras questões emergentes do ensinar/aprender na universidade. Sua presença é diminuta perante as questões discutidas nas disciplinas da graduação, para não dizer que inexistente. E quando é trazido para o debate vem no sentido mais de analisar determinada temática no livro, a fim de contemplar um elo com o ensino. Assim, não é entendido como algo que está produzindo conhecimento, é apenas mais um suporte de veicular informações. Também o Livro Didático é alvo de muitas críticas e destacado como mais um recurso a ser utilizado pelo professor, já que foi distribuído gratuitamente para as escolas públicas.

Entretanto, um olhar atento sobre as práticas dos professores encaminha considerações diversas: o livro tem papel relevante nas salas de aula, em diferentes áreas de conhecimento, em diferentes tempos e espaços, em escolas privadas e públicas. Decorre desse contexto a preocupação em aprofundar o olhar sobre esse artefato, potencializando sua utilização para torná-lo um artefato de efetiva aprendizagem, com vista à sua qualificação.

O Livro Didático do século XXI, ainda que concorra com diferentes artefatos tecnológicos, continua sendo fundamental para o desenvolvimento do trabalho pedagógico na Escola Básica. Fonte de orientação do planejamento, o Livro Didático é referência para a maioria das ações pedagógicas, conforme se pode depreender das falas dos próprios professores ou mesmo da análise dos planos de estudo que circulam na maioria das escolas. Quando perguntados sobre a disposição/relevância das temáticas a serem tratadas nas salas de aula, muitas vezes, os professores se reportam às listas dispostas nos sumários dos livros. Daí tais instrumentos terem peso grandioso sobre o que e como se ensina/aprende na Escola Básica.

Nesse sentido estamos propondo criar linhas de fuga para ensinar/aprender Geografia com o Livro didático, ou seja, adentrar nos espaços de fuga produzidos pelo próprio livro. Esta fuga não é abandonar o livro¹, deixá-lo de lado e ir em busca de outros recursos para substituí-lo. É usar o próprio livro para criar outros caminhos possíveis para ensinar. Este é o sentido da fuga. Fuga do que está inscrito no livro por não atender, não acolher as perspectivas pelas quais o professor quer tratar uma temática. É estar numa fronteira com a temática e realizar um movimento de ziguezaguear por ela e com ela. Este movimento de ir e vir vai abandonar, trazer, adaptar e alargar o que seja interessante e necessário para a ação pedagógica. Isto é, “Pode ser que fuja, mas ao longo da minha fuga procuro uma arma” (Deleuze; Parnet, 2004, p. 51), então o importante é estabelecer uma fuga ativa que crie estando na linha de fuga.

Nossa pergunta é: como pensar um Livro Didático que escape dos padrões convencionais, de um currículo prescrito, que se descole das formas de representação padronizadas e consiga estabelecer conexões com as geografias que atravessam a vida?

¹ Nem sempre o Livro Didático escolhido pelo professor é o enviado pelo FNDE. Contudo, isto não pode ser usado como critério de não utilizar, de não atender suas expectativas etc. Este texto vem ao encontro de auxiliar o professor a pensar também sobre este livro que chegou na escola, mas não era o escolhido por ele. Fazer o quê, agora?

Entendemos que a trajetória que estamos escolhendo talvez não seja tão fácil, porque significa repensar e recriar outros espaços para aprender, produzindo tensões e provocações sobre aquilo que está proposto nos escritos trazidos nos livros. Então, como expressa Deleuze,

[...] no momento em que alguém dá um passo fora do que já foi pensado, quando se aventura para fora do que já foi tranquilizador, quando precisa inventar novos conceitos para terras desconhecidas, caem os métodos e as morais, e pensar torna-se, como diz Foucault, um “ato arriscado”, uma violência que se exerce primeiro sobre si mesmo (1992, p. 132).

O que estamos propondo é dar um passo fora daquilo que foi pensado sobre o Livro Didático. Queremos nos aventurar por lugares novos criando outras eventualidades para compor outros caminhos para práticas pedagógicas que tenham nesse instrumento, Livro Didático, um elemento mobilizador para criar, inventar e arriscar.

É evidente que o Livro Didático não deve ser o único recurso a ser usado nas ações pedagógicas, mas é de grande potencialidade porquanto opera em matéria de ser um ponto de encontro entre o saber da universidade (trazido pelo professor) e o saber dos estudantes (trazido pela vivência), permitindo múltiplos ativadores para dialogar com a Geografia inscrita no Livro Didático.

No movimento de potencializar o Livro Didático buscamos detectar caminhos que expressem como o professor pode encontrar maneiras/modos de recuperar o sentido de uma Geografia nas propostas dos Livros Didáticos. Estamos refletindo sobre o sentido de encontrar formas de articular as geografias dos cotidianos que compõem as singularidades espaciais àquilo que é o foco dos temas presentes nos Livros Didáticos. Tais temáticas precisam ser tratadas nos universos que produzem os lugares dos estudantes dos diferentes contextos brasileiros, para que seja possível entender as conexões nas diferentes escalas de análise.

É fundamental que as singularidades dos cotidianos, vividas pelos estudantes, sejam contempladas nas propostas de ensinar/aprender Geografia. O encaminhamento dessas ações significa possibilitar que outras leituras de mundo, na perspectiva geográfica, sejam oportunizadas. É o que coloca Barbosa referindo Deleuze:

[...]somos feitos a partir de devires-menores muito mais do que a partir de identificações maiores. Ninguém se reconhece perfeitamente no padrão ocidental homem-adulto-europeu-“razoável”. O padrão de maioria segue sendo uma abstração, um padrão de medida vazio diante do devir-menor de todo o mundo (2014, p. 14).

262

Nosso trabalho é discutir o potencial dos textos contidos nos Livros Didáticos para criar as linhas de fuga em relação àquilo que é o padrão, o que caracteriza a maioria dos escritos, e produzir entendimentos a partir de devires-menores. Propor tensionar os escritos dos Livros Didáticos, não para desconstruir os fatos e informações, mas para possibilitar um diálogo com a complexidade da vida dos estudantes e das rotinas escolares. Isto significa retomar os textos propostos nas coleções, considerar as concepções de Geografia propostas em relação aos conceitos e conteúdos, não os aceitando como presentes dados, os quais são reproduzidos de forma prescritiva. Buscar torná-los parte do contexto vivido pelos estudantes para assim materializá-los em ações concretas passíveis de crítica.

É fundamental apresentá-los, criticá-los, fazê-los convincentes. Exemplificando o que propomos é transformar a leitura linear e literal em múltiplas possibilidades de leitura, é fazer do Livro Didático um currículo nômade. É empenhar-se em captar caminhos que expressem disposição de abertura e variedade de invenções possíveis de serem realizadas.

Os conceitos de espaço geográfico, território, lugar, região e natureza, por exemplo, precisam ser tensionados para que persistam os estranhamentos diante dos contextos em que são apresentados. São

conceitos que têm incorporado mudanças discursivas, as quais devem reconfigurar os saberes escolares por impor novos significados sobre os diferentes grupos sociais e culturais.

Assim, os textos precisam ser reescritos pelos professores para que, nas escolas, se efetive o real sentido do aproximar com o cotidiano dos estudantes e as múltiplas linguagens trazidas nos poemas, nos gráficos, nas ilustrações, nos mapas, nas atividades e as orientações daquilo que é a materialidade da vida dos estudantes.

Possibilitar que elaborem leituras de mundo tendo como referências as leituras dos livros, mas também suas experiências e vivências nas comunidades onde vivem. Leituras de mundo que incluam as espacialidades. Isto significa encontrar no conteúdo da vida elementos para compreender o que está para além do proposto nos materiais didáticos. Freire (2015, p. 295) explica isto se referindo ao diálogo freiriano, o que significa

A aceitação imediata do que foi ouvido ou lido, sem questionamentos, que não instigue o perguntarmos, o inquietarmos, a deixar que a curiosidade espontânea do dia a dia passe a ser a curiosidade epistemológica – esta que nos deixa ansioso/a na busca das possíveis respostas –, que não permite ir ao âmago das questões e das coisas; que não permite percebermos criticamente a razão de ser das coisas ou dos fatos – não estabelece, portanto, o verdadeiro diálogo freireano. O diálogo freireano vai à raiz mais profunda das coisas para explicar, temporária e criticamente, a realidade concreta. O diálogo freireano prioriza a pergunta que faz pensar, que nos coloca em dúvida e não a resposta pronta, espontânea, “neutra”, sem reflexão.

263

Espera-se que, ao potencializar o uso do Livro Didático, induzam-se os estudantes a um diálogo entre a leitura espacial do mundo e

do contexto, questionando, inquietando-se, exercitando a curiosidade, valorizando a reflexão e olhando os livros como diferentes lentes. Elas devem servir para ver coisas diferentes para além dos escritos, que sejam ativadoras de diferentes experimentações, de novas composições e outras possibilidades para os estudos com o Livro Didático (Paraíso; Silva, 2016).

Utilizar o Livro Didático de forma que o mesmo escape daquilo que é a visão da maioria, da homogeneidade dos processos, dos conceitos e das representações e inclua os devires que atravessam a vida de nossos estudantes e contém, ao mesmo tempo, as singularidades e as complexidades do mundo, é o papel do professor. Estamos propondo possibilitar que o Livro Didático seja recurso para realizar o possível com esse compromisso. Essas ações demandam do professor atitudes que remetem à reflexão, à criatividade, à sensibilidade, à dinamicidade e à autoria. Tais atitudes valorizam a ensinagem e provocam aprendizagens, pois é fundamental, como diz Lori, personagem de Clarice Lispector no livro *Uma Aprendizagem* ou *O livro dos prazeres*, perceber que “Aprendo contigo, mas você pensa que eu aprendi com tuas lições, pois não foi, aprendi o que você nem sonhava em me ensinar” (1991, p. 157). Nesse sentido a personagem expressa o que se espera do professor, tornar o livro um lugar onde se aprende muito mais do que é ensinado, aquilo que nem se sonhava ensinar.

264

Para movimentar

A ideia, então, é exemplificar, por meio de uma ação concreta, a possibilidade de potencializar as temáticas propostas nos Livros Didáticos para que elas ensinem muito mais do que sonham seus autores. Escolhemos a temática da natureza para efetivar nosso exercício e estamos propondo analisar a natureza e o que fazemos com ela.

As sugestões, ainda que possíveis de serem desdobradas em múltiplas atividades, buscam focar a natureza enquanto possibilidade de construir uma educação ambiental entendida na perspectiva do sujeito ecológico. Segundo Carvalho (2010, p. 1),

Sujeito ecológico, em poucas palavras, é um modo de ser relacionado à adoção de um estilo de vida ecologicamente orientado. Trata-se de um conceito que dá nome àqueles aspectos da vida psíquica e social que são orientados por valores ecológicos. O sujeito ecológico pode ser ainda descrito como um ideal ou uma utopia internalizado pelos indivíduos ou pessoas que adotam uma orientação ecológica em suas vidas.

Em vista disso, é organizada uma sequência de materiais possíveis para desenvolver um trabalho focado em valores e articulado aos conceitos e conteúdos geográficos, os quais possuem também potencial de produzirem projetos interdisciplinares.

A água, os biomas, o lixo, a agricultura e as transformações dos ambientes, perpassados pela ótica da preservação da vida, do respeito e devoção a esta condição que singulariza nossa casa planetária: a biodiversidade. Optamos por tratar da água no foco desse exemplo a partir da Figura 1.

265



Figura 1 – Aspectos jurídicos da sustentabilidade da água
Fonte: <http://www.ambitojuridico.com.br/>, 2017.

No *site* da revista *Âmbito Jurídico*, acima, aparentemente sem ligação com as questões geográficas, você poderá encontrar o caderno denominado *Ambiental*. Nele, advogados escrevem sobre as questões ambientais e suas articulações com aspectos jurídicos, por isso revestem-se de significativa importância para a população em geral, considerando a democratização dos conhecimentos que se referem aos

direitos das pessoas. Ali se analisam, a partir da ótica da legislação e da justiça, o direito e as responsabilidades dos indivíduos e/ou grupos em relação às ações desencadeadas no ambiente, aqui entendido por inteiro, para além da dimensão natural, o que inclui aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais etc. Os ambientes são considerados, por isto, espaços de complexidade.

Na revista, um dos artigos que chamam a atenção é “Aspectos Jurídicos da sustentabilidade”. Nele os autores destacam aspectos legais relacionados à água existente no planeta. Ao abordar a legislação na perspectiva dos direitos e da justiça, o artigo foge do que normalmente é tratado em educação, quando se discute a questão da água.

O texto contempla três interessantes aspectos da temática: inicialmente faz um breve histórico dos usos e desperdício da água e das iniciativas para sua conservação. Em seguida, analisa aspectos jurídicos, enumerando princípios que explicitam o ordenamento das águas no Brasil a partir de direitos e competências de cada uma das esferas: federal, estadual e municipal. Por fim, na seção 3, “Ordem constitucional ambiental e a garantia do meio ambiente ecologicamente equilibrado”, reporta a conceituação de ambiente e os aspectos legais propostos nos documentos sobre a proteção e sustentabilidade desse recurso, analisando especialmente o que propõe a Constituição de 1988. O último aspecto abordado refere-se à sustentabilidade.

266

A água pode ser analisada por diferentes perspectivas, mas o que acontece normalmente são discussões sobre seu papel na indústria, nas atividades cotidianas das diferentes sociedades, a poluição dos mananciais, a forma como é usada para transporte de pessoas e mercadorias, a produção de energia hidrelétrica, a sua transformação em mercadoria, seu papel estratégico etc. Outra abordagem que também pode contribuir a compreensão de sua complexidade é aquela que se refere à legislação para uso das águas. É significativo como o conhecimento das leis pode contribuir na efetiva participação dos sujeitos na luta pelos direitos de conservação desses mananciais e, portanto, na construção da cidadania.

Os textos propostos nesse número da revista podem ser disparadores de práticas pedagógicas que encaminhem atitudes de reflexão e atuação a respeito dos recursos hídricos em diferentes contextos, da vivência dos estudantes ou de outras regiões diferentes da sua. Permitem que sejam desenvolvidos valores de respeito ao ambiente como totalidade que inclui diferentes seres vivos, atitudes de preservação e valorização da vida, participação e atuação consciente em diferentes contextos, que podem incluir seu espaço de vivência e/ou outros a ele relacionados. Também possibilita ampliar a argumentação e fundamentação de seus pontos de vista, entender as ações que estimulam o consumismo e produção.

Após ler os artigos e verificar a adequação aos seus interesses, proponha aos estudantes a leitura da revista por capítulo, obedecendo a ordem dos subtítulos organizados pelos autores ou, se preferir, adapte o texto às condições de leitura da turma, destaque aspectos essenciais e faça mediações que ofereçam exemplos e citações, além da explanação das principais ideias ali tratadas.

Considerando que todos tenham condições de acessar a leitura na forma original, organize grupos e os destine a um diferente subtítulo. Depois de lerem, conversarem e dirimirem suas dúvidas, exemplifique situações e sugira que busquem a legislação referente às águas no Brasil.

Em outro momento sugira um bate-papo com um advogado. Convide um ou mais profissionais (pode ser alguém da comunidade escolar) para discutirem as questões legais propostas no texto e/ou questões exemplificadas.

A partir dessas atividades, a turma terá adquirido conhecimentos para realizar um trabalho de campo e analisar as condições ambientais dos recursos hídricos do seu lugar e, posteriormente, organizar-se em torno de práticas coletivas que possam encaminhar mudanças em relação às atitudes dos moradores da comunidade. Nesse processo será possível analisar a rede de abastecimento de água (captação, tratamento e distribuição), discutir o consumo de água na comunidade etc.

Ao realizar essa atividade é possível desenvolver habilidades significativas não só para a apropriação dos conceitos de Geografia mas para relacioná-los com as temáticas ambientais, recursos hídricos, legislação ambiental, produção de energia hidrelétrica, irrigação etc. Tal ação materializa nossos conceitos e também desencadeia outras habilidades para a construção do conhecimento, bem como a leitura, compreensão, observação, argumentação e produção de texto, entre outras, e especialmente a reflexão sobre as implicações do uso da água no seu lugar e nos diferentes lugares do mundo.

Há outras ações e discussões que podem ampliar os conhecimentos dos estudantes e favorecer a efetiva participação na sociedade, a partir do seu lugar. Exemplificamos com a análise das contas de água.

Os estudantes analisam as contas de água da família e comparam os valores, discutindo a relação entre custo e benefício. Qual o sentido de economizar água e como isto pode implicar justiça social para a comunidade em que vivo e/ou outras comunidades da minha cidade? São Paulo virou manchete nos jornais em função do abastecimento precário de água na cidade. Que aspectos ambientais determinaram essa situação e o que fazer para contorná-los?

268

Uma prática interessante seria propor aos estudantes que analisem contas de água de diferentes locais da cidade e procurem, por exemplo, estabelecer algumas relações entre o que é consumido e a localização das respectivas casas. Elaborar um mapa da cidade, localizando as residências analisadas e construindo gráficos de consumo e valor pago pela água. Posteriormente, verificar que locais da cidade têm recebido água de forma racionada e que bairros não têm sentido o efeito dos problemas de escassez de água. Quais as razões dessas diferenças? Que éticas produzem a distribuição espacialmente diferenciada para os moradores das cidades?

Há ainda possibilidades de produzir linhas com leituras que tratam da temática, mas que podem inspirar diferentes olhares sobre a água. A seguir, sugerem-se leituras.

O atlas de Saneamento Básico², disponível para *download* gratuito e em CD, elaborado pelo IBGE reúne informações sobre os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, coleta de lixo e drenagem urbana. Enfoca a distribuição espacial, a qualidade e a eficiência dos serviços oferecidos no país, bem como os usos dos recursos hídricos. Todas as informações são importantes para entender a democratização dos serviços de infraestrutura e a formação da cidadania.

O atlas das Zonas Costeiras³ é produzido pelo IBGE e está disponível para *download*. Ele reúne informações sobre as características do litoral brasileiro, ampliando a compreensão dos ambientes marinhos e costeiros. São mapas e textos que enfocam as dimensões natural, demográfica, física, histórica, social e cultural, bem como aspectos geopolíticos. Esse material constitui-se em conjunto de informações que auxiliam o professor nas discussões sobre as éticas de uso dos ambientes marinhos.

O livro de Paulo de Tarso Chaves, *Geografia: ensino fundamental e ensino médio: o mar no espaço geográfico brasileiro*. Da coleção Explorando o Ensino⁴, produzido como instrumento de apoio aos procedimentos de ensino e aprendizagem, investe no desenvolvimento de uma mentalidade marítima, aproximando dos brasileiros as atividades realizadas no mar.

Conforme Gallo (2012), se ensinar é “colocar sinais para que outros possam orientar-se, aprender é encontrar-se com esses sinais”. É isto que estamos propondo para a leitura e o uso dos Livros Didáticos, ampliar as possibilidades de os estudantes aprenderem encontrando novos sinais, talvez nem sempre aqueles que ensinamos. Mas com certeza aprendendo o que nem sonhávamos ensinar.

² <http://loja.ibge.gov.br/atlas-de-saneamento-2011.html>.

³ <http://loja.ibge.gov.br/atlas-geografico-das-zonas-costeiras-e-oceanicas-do-brasil.html>.

⁴ <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/EnsMed/expensgeointro.pdf>.

Para não finalizar

Embora as diversas coleções de Livro Didático de Geografia continuem a apresentar uma tradição curricular quanto às temáticas, elas podem ser ensinadas com outros enquadramentos teóricos. Como diz Desiderio (2017), “o Livro Didático inventa um mundo a ser conhecido através de suas imagens-textos, imagens-mapas e imagens-fotografias”. São estas imagens que não podem paralisar o nosso pensamento, é preciso, para dinamizar suas leituras, ampliar significativamente os referenciais operacionalizados em suas análises.

Ao inventarmos chaves de leitura destas imagens, “criarmos estratégias [...] de ações que nos façam movimentar o pensamento e nos movimentar, sair do lugar e criar saídas para os currículos e a educação nestes tempos difíceis que vivemos” (Paraíso; Silva, 2016, p. 382).

Diante disso, as práticas pedagógicas precisam ser reescritas pelos professores para que, nas escolas, se efetive o real sentido do aproximar daquilo que é a materialidade da vida dos estudantes. É preciso compreender como a releitura dos conteúdos trabalhados e do ensinar Geografia pode causar tensões com saberes e práticas “tradicionalmente” engendrados no ambiente escolar.

Então, se pensarmos nossas práticas pedagógicas sacudindo e revirando os terrenos a que estamos submetidos, possibilitaremos estabelecer

[...] complexas relações entre linhas de forças instituidoras de sentidos para não tornar hegemônico aquilo que escapa... Se lançar o desafio de pensar mais amplamente a complexidade dos processos de produção e de circulação de sentidos, acabamos por abrir o caminho além da enclaustrada visão de reprodução das estruturas econômicas no social (Fischer, 2010, p. 12).

Com isto os Livros Didáticos podem ser potências educativas para uma Geografia Escolar sob um olhar mais denso, que levem

em conta a dimensão do dinamismo, do fazer-se cotidiano, levado a efeito por todos os sujeitos escolares.

Referências

BARBOSA, Jéssica Cássia. *Involução Criadora: o Maior e o Menor na obra de Gilles Deleuze*. 2014. 173f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Sujeito ecológico: a dimensão subjetiva da ecologia*. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4655.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

DELEUZE, Gilles. *Conversações (1972-1990)*. 4. reimp. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1992.

DESIDERIO, Raphaela de Toledo. Fotoáfricas: entre invenções e exercícios de pensamento. In: COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO DE QUESTÕES CURRICULARES. *Anais...* Praia, Cabo Verde: Universidade de Cabo Verde, 2017.

FISCHER, Rosa Bueno. Cultura e educação, tensão nas fronteiras. In: BUJES, Maria Isabel Edelweiss, BONINI, Iara (Orgs.). *Pedagogias sem fronteiras*. Canoas: Ed. da Ulbra, 2010.

271

FREIRE, Ana Maria Araújo. A leitura do mundo e a leitura da palavra em Paulo Freire. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 35, n. 96, p. 291-298, mai-ago., 2015.

GALLO, Silvio. As múltiplas dimensões do aprender... In: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO BÁSICA: aprendizagem e currículo (COEB). Florianópolis: 2012.

LISPECTOR, Clarice. *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

PARAÍSO, Marlucy Alves; SILVA, Sandra Kretli da. Apresentação da Seção Temática: Perspectivas teóricas das pesquisas em currículo. *Currículo sem Fronteiras*. v. 16, n. 3, p. 380-387, set./dez. 2016. Disponível em: <www.curriculosemfronteiras.org>. Acesso em: 12 dez. 2016.